

UNIVERSIDADE TIRADENTES

PSICOLOGIA

IASMIN KAROLINE FONTES DE OLIVEIRA

JOSILAINE OLIVEIRA FAUSTINO

LARISSA DE SOUZA FERNANDES

**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO**

Aracaju

2019

IASMIN KAROLINE FONTES DE OLIVEIRA

JOSILAINE OLIVEIRA FAUSTINO

LARISSA DE SOUZA FERNANDES

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Tiradentes, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Psicologia.

Orientadora: Professora Dra. Angélica Piovesan

Aracaju

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

OLIVEIRA, Iasmin Karoline Fontes de;

FAUSTINO, Josilaine Oliveira;

FERNANDES, Larissa de Souza;

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Tiradentes, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Psicologia.

Orientadora: Professora Dra. Angélica Piovesan

Aprovado em ___ / ___ / 2019 pela seguinte banca de avaliação:

Angélica Piovesan (Orientadora)
Universidade Tiradentes

Kátia Maria Araújo Souza
Universidade Tiradentes

Lígia Maria L.S. Pires Bonfim
Universidade Tiradentes

RESUMO

Introdução: Diante das transformações na psicologia, é fundamental considerar as necessidades que surgem no âmbito profissional, e uma delas, é o atendimento ao público com deficiência auditiva. Os indivíduos com deficiência auditiva ou outros tipos de deficiência, precisam que os profissionais tenham a compreensão e empatia para aprofundar no mundo desse sujeito, sendo um profissional preparado, que seja um suporte e auxílio para esse paciente, o motivando a se perceber como um todo, além das suas limitações provenientes da sua condição física. **Objetivo:** Realizar entrevista com um profissional que faça atendimento em libras e com um paciente que esteja sendo atendido para compreender qual a importância do atendimento para as pessoas com deficiência auditiva. **Método:** Consiste em uma pesquisa, qualitativa, descritiva, realizada com dois participantes, um profissional de psicologia e um paciente deficiente auditivo. Foram aplicadas duas entrevistas semi-estruturadas, sendo uma destinada à psicóloga que atende pacientes com deficiência auditiva, e outra destinada a paciente. Foram realizadas as transcrições das gravações para a análise de dados. **Conclusão:** Foi possível identificar a necessidade de mais profissionais de psicologia no atendimento psicoterapêutico frente à demanda de sujeitos com deficiência auditiva, destacando a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como instrumento viabilizador dessa interação. Além disso, é perceptível a importância do acompanhamento psicológico.

Palavras-chave: Psicologia; Atendimento em libras; Deficiente auditivo

ABSTRACT

Introduction: Throughout the construction of this study, it was possible to observe the lack of updated information regarding hearing impaired people, the history of the Brazilian sign language (LIBRAS), and especially about the psychological care for deaf patients. Therefore, it is essential to disseminate more space that involves even more socio-cultural issues concerning the hearing impaired, fostering the inclusive practices developed for them, and assuring all their rights as citizens. **Objective:** To conduct an interview with a professional who provides care in pounds and with the patient being treated to know the importance of care for the hearing impaired. **Method:** It consists of a qualitative, descriptive research, carried out with two participants, a psychology professional and a hearing impaired patient. Two semi-structured interviews were applied, one for the psychologist who cares for patients with hearing impairment, and another for the patient. Transcriptions of the recordings were performed for data analysis. **Conclusion:** It was possible to identify the need for more psychology professionals in the psychotherapeutic care of hearing impaired subjects, highlighting the importance of the use of the Brazilian Sign Language (LIBRAS), as an instrument to enable this interaction. In addition, the importance of psychological counseling is perceptible.

Keywords: Psychology; Service in pounds; Hearing impaired

1. INTRODUÇÃO

Diante das transformações na psicologia, é fundamental considerar as necessidades que surgem no âmbito profissional, e uma delas, é o atendimento ao público com deficiência auditiva. Os indivíduos com deficiência auditiva ou outros tipos de deficiência, precisam que os profissionais tenham a compreensão e empatia para aprofundar no mundo desse sujeito, sendo um profissional preparado, que seja um suporte e auxílio para esse paciente, o motivando a se perceber como um todo, além das suas limitações provenientes da sua condição física.

Os bancos de dados que mais auxiliaram na obtenção do embasamento teórico foram os seguintes: Scielo - Scientific Electronic Library Online, Periódicos Capes e o Google Scholar.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no último censo demográfico, constatou-se que no Brasil existem 45.606.048 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, equivalente a 23,9% da população total. Estes dados estão relacionados ao levantamento estatístico de deficiência visual, a auditiva, motora e mental ou intelectual. Dentre essa porcentagem, 9,7 milhões - ou 5,10% da população - declararam ter deficiência auditiva. Entretanto, essa informação está desatualizada e não condiz com o ano 2019, visto que já se passaram 9 anos desde o último levantamento. O IBGE informa que o próximo censo demográfico será divulgado no ano de 2020.

Diante disso, percebe-se que há um grande quantitativo de pessoas com deficiência auditiva que precisa de profissionais que tenham a compreensão e empatia necessárias para contribuir no seu desenvolvimento pessoal, como também suprir as necessidades emergentes e oferecer suporte e auxílio, motivando essas pessoas a se perceber como um todo, além das limitações provenientes da sua condição física. Dessa forma, o psicólogo tem como papel fundamental considerar as necessidades que surgem no âmbito profissional que vem crescendo cada vez mais, sendo uma delas o atendimento às pessoas com deficiência auditiva.

Porém, muitos dos surdos não têm ou tiveram acesso aos serviços psicológicos por diversos fatores, como condições financeiras, falta de informação sobre esses serviços, e até mesmo pela limitação de profissionais qualificados para atender esse público. De acordo com o Ministério da Saúde (2015), o processo de luta por direitos,

por reconhecimento pode ser compreendido como reações defensivas e identitárias contra o preconceito e discriminação, como uma espécie de dimensão fundante da subjetividade e da cidadania, em uma forma de articulação de movimentos sociais “minoritários” à garantia de direitos.

Acerca da ideia de inclusão, o Ministério da Saúde também destaca que há uma distinção a ser marcada, entre diferença e desigualdade, uma vez que a resposta às reivindicações de direitos e reconhecimento podem se relacionar com dimensões sociais e subjetivas de uma inclusão, que seja excludente, impeditiva ou limitadora às relações entre as diferenças no campo social.

Um dos marcos importantes na inclusão do deficiente auditivo no Brasil foi a implantação da Lei 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras e esse reconhecimento traz consequência positivas para a comunidade surda, que passam a ver seus direitos fundamentais sendo desvelados pela população em geral, principalmente para as vivências em locais públicos (BRASIL, 2002).

Posteriormente, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, nomeada como a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência, relata em seu primeiro artigo que tal normativa foi instituída de modo a possibilitar e assegurar, em condições de igualdade, a prática dos direitos e das liberdades fundamentais por um indivíduo com deficiência, objetivando o exercício da sua cidadania e a inclusão social (BRASIL, 2016).

No entanto em relação à deficiência auditiva, Vieira, Caniato e Younemoth (2017) consideram que há barreiras de comunicação entre o profissional e o paciente surdo, posto que essa dificuldade não se restringe apenas ao campo da psicologia, mas ocorre em todas as áreas da saúde. Os autores evidenciam que essa condição pode limitar ou interferir a assistência prestada, levando ao comprometimento do diagnóstico e o tratamento. Embora esses serviços proporcionem a presença de um intérprete, o despreparo do profissional da saúde em comunicar-se com o paciente surdo impede o desenvolvimento do vínculo de forma efetiva entre paciente e profissional, sendo essencial o aprendizado de Libras em sua formação.

Desse modo, surgiu a necessidade de discutir essa temática a partir da perspectiva da psicologia. Para tanto, fora realizada entrevista com um profissional que faça atendimento em libras e com o paciente que esteja sendo atendido para saber qual a importância do atendimento para as pessoas com deficiência auditiva. Além disso, o

paciente também foi entrevistado para saber como era o antes e depois dos atendimentos psicológicos e entrevistar o profissional para saber a necessidade da formação em libras para o atendimento psicológico.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Realizar entrevista com um profissional que faça atendimento em libras e com um paciente que esteja sendo atendido para compreender qual a importância do atendimento para as pessoas com deficiência auditiva.

2.2 Objetivos Específicos

- Entrevistar o paciente para saber como era o antes e depois dos atendimentos psicológicos.
- Entrevistar o profissional para saber há necessidade da formação em libras para o atendimento psicológico.

3. MÉTODOS

3.1 Participantes

Consiste em uma pesquisa qualitativa, descritiva, realizada com dois participantes, um profissional de psicologia e um paciente deficiente auditivo.

A pesquisa qualitativa volta-se as representações, atitudes, crenças, valores, convicções e aprofunda-se a multiplicidade de acontecimentos e processos particulares e próprios a indivíduos e grupos. Utiliza-se, desse modo, para o entendimento de fenômenos determinados por um avançado grau de complexidade intrínseca (PAULILO, 1999).

A escolha dos participantes atendeu aos seguintes critérios de inclusão: um profissional que tenha conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que atende ou realizou atendimento com um paciente deficiente auditivo, além de um deficiente auditivo que realiza ou realizou acompanhamento psicológico e apresenta disposição para relatar sua experiência com o atendimento.

3.2 Procedimentos

As entrevistas foram aplicadas na Universidade Tiradentes, no bairro Farolândia na cidade de Aracaju/SE. Realizadas individualmente, as entrevistas ocorreram em uma sala disponibilizada pela instituição. Antes de responderem às entrevistas, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi produzido de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, garantindo ao sujeito participante da pesquisa o respeito aos seus direitos. Como umas das entrevistas era deficiente auditiva, as perguntas foram feitas para a psicóloga que tem o conhecimento da libras, e ela as fazia as por meio da língua de sinais para a paciente.

3.3 Instrumentos

Foram elaboradas duas entrevistas semiestruturadas, sendo uma destinada à psicóloga que atende pacientes com deficiência auditiva, e outra destinada a uma paciente. As entrevistas continham perguntas relacionadas ao papel do psicólogo diante do atendimento à paciente com deficiência auditiva e a visão do paciente em relação à importância do acompanhamento psicológico. As perguntas e respostas foram gravadas por meio de Gravador de Áudio e transcritas posteriormente.

3.4 Análise dos dados

Após a coleta de dados, foram realizadas as transcrições das gravações e para análise destas foi utilizada a Análise Textual Discursiva de Moraes (2003). Segundo o autor, esse tipo de análise pode ser entendido como um método auto-organizado de elaboração de concepção em que novas compreensões surgem de uma continuidade de três integrantes, sendo eles, a desconstrução do corpus, o estabelecimento de interação entre os elementos unitários, o agrupamento, e o absorver do novo emergente na qual a nova percepção é compartilhada e reconhecida (MORAES, 2003).

4. BREVE HISTÓRICO DO DEFICIENTE AUDITIVO E DA LIBRAS

Os fatores históricos permitirão conhecer as transformações e conquistas que os surdos adquiriram ao longo dos anos, como os marcos históricos que impulsionaram a

instituição de leis que hoje legitimam a inclusão de pessoas surdas no Brasil e no mundo, seja no seu contexto social, educacional, linguístico, político ou cultural.

Desde a Idade Antiga vem-se discutindo a respeito de definições e considerações acerca da deficiência auditiva, assim como as conseqüentes e dificuldades atribuídas às pessoas com essa condição física. Diante disto, durante muitos séculos a ausência da audição representava, para muitos filósofos, a falta de pensamento, como mostra Strobel (2009):

355 a.C O filósofo Aristóteles (384 – 322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, conseqüentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (STROBEL, 2009, p. 18).

Em contrapartida, na Idade Moderna, mais precisamente em 1579, o médico italiano Girolamo Cardano, foi o primeiro a afirmar que o surdo, assim como todo ser humano, tem a capacidade de pensar, compreender e que deveria receber educação. Esse interesse de estudar o funcionamento da pessoa surda parte da dedicação em proporcionar assistência ao seu filho surdo. Neste sentido, Strobel (2009) apresenta:

Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “...a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo.” Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos (STROBEL, 2009, p.18).

As pessoas nascidas com alguma deficiência física ou mental, até o século XV, eram abandonadas ou mortas por serem consideradas seres demoníacos. Com a chegada da Idade Média, apesar de serem denominados como bobos da corte, os deficientes conseguiam refúgio nas igrejas e asilos, embora continuassem fora do convívio social. Somente após muito tempo buscando igualdade, os deficientes ganharam força e reconhecimento social, com o avanço da ciência e a libertação de dogmas, tornando-se pessoas que dignas de atenção e de valorização enquanto seres humanos (NEGREIROS, 2014).

Os deficientes ao longo desses anos sofreram preconceitos exorbitantes e não tiveram espaço social. Todavia, conforme avançavam os movimentos de atenção sobre

a importância da inclusão destes, a sociedade passou a enxergá-los com uma ótica diferente. E a partir do século XX, os sujeitos com alguma deficiência começaram a serem vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade (NEGREIROS, 2014).

Entretanto, a acessibilidade para os surdos ainda é um desafio nos dias atuais, pois continuam enfrentando problemas para conseguir realizar atividades cotidianas, dificuldade essa intensificada devido à existência de poucos profissionais ou pessoas que façam o uso da língua de sinais.

Por esse motivo, para que houvesse a melhoria no atendimento às pessoas com alguma deficiência, foi estabelecida a Lei nº 13.146 no dia 6 de julho de 2015. Intitulada como a Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência, o mencionado diploma legal, já em seu primeiro artigo, menciona que sua deliberação visa a proporcionar e a amparar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com qualquer tipo de deficiência, quer seja de caráter físico, auditivo, visual, mental e múltipla, objetivando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Devido a essa constituição, o corpo social passou a ter um conhecimento maior sobre a surdez nos mais variados locais de convivência, como nas escolas, universidades, alguns canais da televisão brasileira ou nas redes sociais, o que proporcionou às pessoas que têm a surdez desfrutar dos seus direitos como cidadãos.

Ao longo dos anos os surdos passaram a ser vistos na sociedade como pessoas que detêm os mesmos direitos das pessoas que não possuem deficiência. Dentre estes direitos destacam-se as escolas inclusivas com acessibilidade e educação bilíngüe, as quais dispõem do auxílio de intérprete através da utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Posto isso, para Nunes et al (2015), a educação bilíngüe é compreendida a partir da língua de sinais e de sua representação para os surdos, dispondo o ensino escolar na língua portuguesa e na língua de sinais.

Conforme Leichsenring (2016), a chegada do professor francês Ernest Huet à cidade do Rio de Janeiro suscitou novas perspectivas acerca do sistema educacional destinados aos surdos do país. Em setembro de 1857, Huet, com o consentimento de Dom Pedro II, fundou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos - IISM, uma escola que atendia às necessidades educacionais dos surdos, juntamente com a inserção da língua

de sinais, que beneficiou a comunicação e aprendizagem de forma mais eficaz dos interessados.

Entretanto, um século depois, o presidente Juscelino Kubitschek aprovou a Lei n 3.198, de 6 de julho de 1957, que modificou o nome do IISM para INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, sem alterar, contudo, suas finalidades institucionais. Atualmente a maior referência no que concerne ao ensino da comunidade surda no Brasil (LEICHSENRING, 2016).

O INES, órgão integrante do Ministério da Educação, consiste em um centro nacional de referência no que diz respeito à educação de surdos no Brasil. A mistura entre as referências dos professores surdos, os surdos da época e a língua de sinais francesa deu origem à língua de sinais adotada no Brasil, o sistema de LIBRAS (DOS SANTOS, L.C.; BATISTA, G., 2019, p. 5).

A educação especializada para os surdos é composta por professores bilíngues fluentes em Língua de Sinais e na Língua Portuguesa. Nessas escolas de educação bilíngue pode conter salas nas quais os docentes estudam libras e não há intervenção do intérprete. As salas que compõe essas escolas são flexíveis para qualquer aluno que possui o desejo de participar das aulas, porém é importante enfatizar que o ensino será direcionado diante da língua brasileira de sinais e o português é ensinado como uma segunda língua (LODI; ALBUQUERQUE, 2016).

5. INSTITUTO PEDAGÓGICO DE APOIO À EDUCAÇÃO DO SURDO DE SERGIPE - IPAESE

Partiremos agora para um breve encontro com a história da educação dos surdos em Sergipe, o que implica na criação da primeira escola voltada para alunos com deficiência auditiva no estado, o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe -IPAESE.

Segundo Costa, Filho e Souza (2017), após muita luta dos pais das crianças e adolescentes surdos na busca de acessibilidade nas escolas para seus filhos, os progenitores os impulsionaram para a criação de uma escola especializada para surdos,

adotando a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Esse esforço deu origem ao importante projeto IPAESE - Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe, que é até hoje um referencial em educação especializada para surdo.

O IPAESE foi fundado em 27 de dezembro de 2000 no município Aracaju/SE no bairro Coroa do Meio. É uma instituição sem fins lucrativos com atividades regularizadas pelas Leis Cíveis, atuando como a primeira escola especializada em surdez no estado de Sergipe por um grupo de pais de crianças surdas, surgindo como a primeira escola especializada para surdos em Sergipe. A IPAESE deu início às suas atividades apenas com seis crianças. No ano de 2005, atendeu 40 alunos, 60 discentes em 2006, e em 2013, cerca de 121 alunos matriculados entre Ensino Fundamental Menor, Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio Integrado à Informática (IPAESE, 2013).

Ao entrar em contato com a instituição, obteve-se a informação de que atualmente no ano de 2019 a IPAESE possui 100 alunos matriculados. Essa instituição, desde seu início, vem desenvolvendo uma importante proposta pedagógica quanto o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes com surdez, que é a contribuição da evolução destes no processo de inclusão social, conscientizando-os de que possuem os mesmos direitos que as demais pessoas e que podem estar em todos os meios sociais, independentemente de sua necessidade especial.

6. DEFINIÇÃO DA SURDEZ, CAUSAS E DIAGNÓSTICO

A seguir, apresentaremos o apanhado fisiológico da surdez, as causas e modos de realização do diagnóstico.

Entende-se como surdez a redução ou ausência da audição que pode ser decorrente de fatores genéticos e complicações gestacionais como as doenças adquiridas pela gestante, a exemplo da rubéola, dentre outras. Além disso, Northern e Downs (2005) destacam que, após o nascimento, o bebê pode desenvolver algumas doenças, como meningite e otites, que são infecções no ouvido. A surdez também pode se desenvolver ao longo da vida por fatores não naturais, como exposição prolongada a ruído muito intenso.

Para Capelli et al (2016), as perdas auditivas pode ser divididas em perda auditiva condutiva, gerada por doenças no ouvido externo e/ou médio, como por exemplo, as otites. Já a perda auditiva mista ocorre quando há alterações no ouvido interno e/ou médio e no ouvido externo, entre elas as otites associadas ou lesões no ouvido interno.

A perda sensorineural acontece quando a lesão está presente no ouvido interno e gera distúrbios que envolvem a cóclea ou o nervo coclear e a perda auditiva central, atinge a porção do nervo coclear e de suas conexões que se encontram a meio do núcleo coclear e o córtex do lobo temporal.

O comprometimento da fala e da linguagem pode ocorrer através das perdas leves, perdas moderadas, severas ou profundas. Sendo nas perdas leves o indivíduo apresenta dificuldades em ouvir vozes baixas ou distantes. Nas perdas moderadas acontece um declínio no desenvolvimento da fala e falhas na reprodução da mesma, podendo apresentar alterações articulatórias que seriam as trocas nas falas por não perceber os sons que são emitidos com entendimento. Já nas perdas severas ou profundas não há presença da linguagem ou fala por apresentar reações a sons muito altos, como o de avião ou fogos (CAPELLI et al, 2016).

Um dos meios com maior eficácia para identificar qualquer tipo de falha no sistema auditivo ainda no recém-nascido é através do exame Emissões Otoacústicas Evocadas - EOA, conhecido como Teste da Orelhinha.

Para Capelli (2016), o exame tem capacidade de detectar possíveis alterações na audição captando as respostas dos estímulos sonoros que são gravados através de um microfone introduzido no canal auditivo externo do bebê. Se for apresentado algum déficit, serão realizados outros exames para confirmar e especificar o tipo de deficiência auditiva. A realização gratuita do exame EOA tornou-se obrigatória em todas as maternidades do Brasil após a aprovação da Lei Federal nº 12.303, de 02 de agosto de 2010.

Portanto, é indispensável realizar o EOA e outros exames que possam detectar alguma falha ou perda da audição ainda quando recém-nascido, e obter o diagnóstico precoce na maternidade, para que sejam tomadas as medidas cabíveis para o tratamento.

7. A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COM LIBRAS

Percebe-se que são poucos os profissionais de psicologia interessados em buscar uma capacitação para prestar atendimento clínico à comunidade surda. Santos e Assis (2015) apontam que isso se dá a certa dificuldade em ter acesso à essa formação, uma vez que a exploração voltada para essa demanda é insuficiente, o que desmotiva o profissional a procurar essa formação linguística. Outro aspecto importante é a

inexperiência da convivência direta com a comunidade surda, para que haja o contato necessário que facilita na identificação e compreensão dessas pessoas.

Partilhando da mesma concepção, Tostes (2018) afirma a necessidade do psicólogo em ter conhecimento não só em Libras, como também todo contexto sociocultural da comunidade surda, para que possa trabalhar com eficácia no processo terapêutico, o qual será possível contribuir no tratamento de angústias, conflitos e o que mais for dado como demanda. Sendo assim, o psicólogo que está capacitado para oferecer atendimento terapêutico ao paciente surdo apresenta uma perspectiva com o viés da psicologia social, de natureza histórico-cultural, tornando-se uma orientação de caráter promissor para psicologia.

De acordo com Silva e Carmo (2016), considera-se que são poucos os profissionais aptos para realizar atendimento psicológico à comunidade surda, conseqüentemente dificulta o acesso dessas pessoas, que por sua maioria, desconhece esse serviço voltado para as mesmas. Nesse sentido, aqueles que buscam por atenção psicológica acabam encontrando obstáculos que impedem o acesso a esse serviço. E um dos principais fatores é a falta de visibilidade e autonomia que os surdos possuem diante da sociedade, visto que, a maioria das pessoas não conhece o universo deles, tampouco se interessa pela linguagem utilizada entre os deficientes auditivos.

Assim, como em todo sujeito, o desenvolvimento e processos de subjetivação do surdo possuem dinâmicas diferenciadas. Segundo Souza (2015), é importante que o psicólogo desenvolva uma abordagem metodológica específica voltada para pacientes surdos que buscam atendimento psicológico, mas não somente na comunicação através da língua de sinais, mas também nas expressões faciais e corporais para que todos os assuntos abordados sejam compreendidos. Além de entender a realidade do surdo, abrangendo sua cultura e perspectiva de vida acerca da deficiência.

Sendo assim, seguindo o ponto de vista do mesmo autor, o psicólogo deve ofertar atendimento psicológico de qualidade para pacientes deficientes auditivos, possibilitando o exercício da acessibilidade e inclusão social dessas pessoas. Dessa maneira, estimulando a conscientização dos demais profissionais, não só da área da psicologia, mas também de outras áreas da saúde, a refletir sobre a importância do olhar voltado a essas pessoas, contribuindo no bem-estar e integridade como cidadãos.

Entretanto, de acordo com Capelli et al (2016), a pessoa com deficiência auditiva demanda de assistência multiprofissional. O fonoaudiólogo é um desses profissionais essenciais para prestar atendimento, desde o diagnóstico após nascimento com a

realização do Teste da Orelhinha, na Triagem Auditiva Neonatal (TAN), até o processo de desenvolvimento. O tratamento precoce com o fonoaudiólogo pode alcançar resultados positivos, oferecendo mais qualidade na fala e audição do paciente. E para que essa assistência seja ofertada com efetividade, é necessário que esse profissional busque conhecer a língua de sinais e possa utilizá-la nos atendimentos com seus pacientes surdos, facilitando o processo de evolução destes.

Contudo, pode-se constatar a importância da dedicação de diversos profissionais, principalmente da área da saúde, em compreender e atender as necessidades de seus pacientes surdos, desempenhando seu papel de forma ética e profissional, que implica na acessibilidade que alcance essa comunidade.

8. ANÁLISE DOS DADOS

Serão apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa, estando presente a revisão bibliográfica com base nos dados coletados. Por meio de observação, buscou-se analisar e refletir a importância do psicólogo em conhecer e possuir formação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como prestar atendimento psicológico direcionado ao público que utiliza esse meio de comunicação.

8.1. Primeira entrevistada - Paciente

A primeira entrevistada foi a Paciente. 33 anos, sexo feminino. Deficiente auditiva desde o nascimento, devido à contração de rubéola quando sua progenitora estava no quarto mês de gestação.

Segue abaixo as perguntas acompanhadas pelas respostas da entrevistada:

1. Sua família sabe a linguagem de sinais?

*A primeira irmã não sabe, ela faz mímicas. A segunda tem que ter paciência. Na igreja ela é minha intérprete [...] começou com a mímica e depois mudou para Libras. Mas meus pais não sabem, eles fazem oralização. Eles olham para mim e veem a minha boca falando e também as minhas mímicas.
(PACIENTE)*

Assim como qualquer sujeito, o surdo, precisa estabelecer uma comunicação entre ele e as pessoas do seu âmbito familiar.

De acordo com Oliveira (2018), é de suma importância a cooperação da família no processo de desenvolvimento do sujeito surdo, buscando garantir avanços a respeito da independência, autoestima e produtividade na sociedade do mesmo.

Sendo assim, percebe-se a importância do interesse da família em empenhar-se na comunicação do surdo, conhecendo e praticando a língua de sinais não só em casa em seu cotidiano, mas em outros âmbitos, incentivando as demais pessoas a ampliar seus meios de comunicação.

2. Como você lidava com suas questões pessoais antes da terapia?

[...] Eu conversava muito com meus amigos [...], mas não é a mesma coisa, eles não são psicólogos. Os sentimentos cresciam ali dentro. Eu chorava bastante. Quando eu a encontrei, eu me esforcei muito, ela me deu livros para ler, me deu forças, me deu estímulos. Eu comprei livros para minha mãe, para minha família ler, e aquilo ali foi mudando [...] se não tivesse psicóloga, aquilo ali ainda estaria grande dentro de mim. Porque a sociedade e os amigos dão conselhos, mas a psicóloga é diferente. Ela conhece. Ela conseguiu perceber o que aconteceu comigo e me ajudou. (PACIENTE)

A comunicação para a pessoa surda é uma questão bastante delicada. Diante desse aspecto, a dificuldade em se comunicar com as pessoas do seu convívio social pode ser um dos motivos da busca por atendimento psicológico.

Segundo Vasco (2009), os surdos quando não encontram possibilidade de estabelecer uma comunicação satisfatória com pessoas ouvintes, tornam-se pessoas angustiadas, deprimidas, e conseqüentemente prejudicadas nos aspectos, emocionais e comportamentais.

Dessa forma, por meio do acompanhamento psicológico, o deficiente auditivo passa a lidar melhor com suas questões pessoais, a perceber a si mesmo e o outro.

3. O que mudou na sua vida após os atendimentos psicoterápicos?

A minha ansiedade diminuiu mais. Eu fui aos poucos trabalhando e consegui. Por isso que é muito importante o psicólogo saber a Libras, porque a maioria dos ouvintes não sabe a Libras. Aqui em Aracaju é muito raro, muito difícil. Psicólogo só tem um. Aqui em Aracaju só tem ela [...] precisa de mais ouvintes, psicólogos, profissionais que saibam a Libras. Porque os surdos eles estão sofrendo, precisando. São coisas particulares e precisa estar só os dois. Tem a questão do vínculo que é muito importante. É particular. Geralmente no atendimento são três pessoas: o paciente, o psicólogo e o intérprete. Não dá. Porque é particular, são meus sentimentos. Quando chama outra pessoa, aí acaba. já era. (PACIENTE)

Silva e Carmo (2016) levantam a discussão em relação à participação do intérprete no atendimento psicológico de pessoas surdas, no que implica a adição de uma terceira pessoa no processo terapêutico.

Nesse contexto, há possibilidade de interferir na construção do vínculo entre terapeuta e paciente, além do comprometimento do sigilo profissional. Portanto, a efetividade do serviço prestado pelo profissional pode ser prejudicada.

4. Como é a sua comunicação com a família?

Tem as barreiras de comunicações [...] mas com minha irmã é muito mais fácil porque ela sabe Libras. Minha tia também sabe se comunicar. Minha sobrinha é ótima, é fácil se comunicar. Ela sabe que eu sou surda. Ela tem 5 anos de idade. Quando ela pede água ou diz que está com fome, ela sabe se comunicar comigo. A comunicação com minha família é boa. Com oralização, gestos, mímicas, que dá para entender. Minha família, a sociedade, são todos ouvintes, eles falam o tempo todo e eu fico aqui [...] em festas da família me chamam, mas eu não vou, porque todo mundo fica falando e eu fico parada. Só vou quando tem festas importantes [...] sempre pergunto: “o que foi?”, “o que aconteceu?”. Quando as pessoas estão rindo eu pergunto o porquê de estarem rindo. Peço que me expliquem o que aconteceu. Eu desisto e vou embora. A sociedade é a mesma coisa. Os grupos, eles têm detalhes, mas quando vão me falar eles não dão detalhes. É tudo resumido. Falta detalhes. Eu fico com aquele sentimento. (PACIENTE)

A participação da família na comunicação do surdo, por meio da linguagem de sinais, facilitará a esse sujeito a interação com o mundo e um convívio mais agradável.

Conforme Rocha, Rodrigues e Botelho (2013), o surdo demanda de uma dependência social muito significativa, especialmente de sua família. Assim como qualquer outra pessoa, a comunicação é considerada como imprescindível para o desenvolvimento e interação social, porém, os membros da família de uma pessoa surda devem desempenhar um papel muito importante para garantir acessibilidade a este sujeito. Esse papel refere-se à busca do conhecimento da língua de sinais para que haja comunicação satisfatória para ambas as partes.

Mas quando a comunicação do surdo com seus familiares não é exercida de maneira acessível, certamente construirá barreiras no desenvolvimento social da pessoa surdo. Além disso, pode gerar desmotivação na busca da socialização, estimulando o isolamento social, já que o surdo se sentirá incompreendido pelos ouvintes que não despertaram o interesse em dominar a língua de sinais.

5. Como se sente ao observar ao redor as pessoas oralizando e não poder interagir com elas?

É chato. Muito chato. Me sinto um pouco triste também. Parece que me esqueceram. As pessoas estão ali conversando e se esqueceram de mim. Eu fico triste. É a minha vida. Eu estou aqui [...] olhe para mim, me perceba. Eu não sou uma alma não. Eu estou aqui de carne e osso. As pessoas não entendem [...] falta interesse. É mais fácil falar, é mais rápido do que explicar e fazer a Libras. Um amigo ouvinte que cresceu junto comigo me chama para sair, mas fica conversando. Eu penso: “Para que me chamou se fica lá conversando?”. Eu fico sem saber. Não fica claro para mim. Eu entendo que é a comunicação deles, mas eu quero saber dos detalhes [...] eu tentava entender o contexto, mas faltava. (PACIENTE)

No processo de desenvolvimento social, é importante que haja interação através da comunicação. Para os ouvintes, o meio de comunicação utilizado é a linguagem oralizada. No entanto, há um número significativo de pessoas surdas que faz uso da língua de sinais e que sente dificuldade de comunicação, visto que são poucos os ouvintes que sabem a linguagem utilizada pela comunidade surda.

Souza et al. (2017) compreende o quanto o surdo se encontra numa posição de desigualdade por ser usuário de uma linguagem que, na maioria dos meios que ele frequenta, poucas ou nenhuma das pessoas presentes sabe se comunicar através da língua de sinais. Assim, a dificuldade de acesso à língua de sinais causa danos não só para os surdos, mas para os ouvintes que convivem com os mesmos e não conseguem compreender desde as necessidades básicas até as questões intrínsecas, como percepções, sentimentos e suas cognições.

Segue a continuação da participante:

[...] Eu não entendia a Libras, as pessoas falavam muito rápido e eu pedia calma [...] quando eu tinha 22 anos minha Libras era muito melhor. Evolui bastante na Libras. No início era muita mímica, muito gesto, eu sabia poucas coisas [...] eu fiz o vestibular em Paulo Afonso e na UFS sem intérprete e não passei. Fiquei muito angustiada [...] tive dificuldades de responder o cartão de respostas. Tinha muitas dúvidas. A Libras me ajudou. Fiz vestibular aqui na UNIT e com o intérprete que fez a tradução, eu consegui passar [...] entrei aqui na UNIT e amei o curso de Design Gráfico. Tem quatro intérpretes sempre. Quando tenho dúvida eu marco com eles. Tenho dificuldade no português e o intérprete me ajuda. (PACIENTE)

O deficiente auditivo, desde o início do seu processo de escolarização até o ingresso em uma instituição de ensino superior, encontra obstáculos que impedem a

permanência e conclusão desse ensino. Dado que, o aluno surdo não possui o privilégio da língua oral dos demais alunos.

Na concepção de Moura (2016), as premissas básicas da educação inclusiva abrangem a ampliação do acesso à educação superior nos princípios e nas diretrizes dos direitos das pessoas com deficiência auditiva. Visando ao propósito de incentivar a criação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e privadas, cessando os obstáculos consequentes da dificuldade de comunicação.

Percebe-se que alguns surdos podem encontrar dificuldade no domínio da língua portuguesa, o que interfere na compreensão, articulação e significados da língua referida.

6. É fácil encontrar algum psicólogo que conhecesse a língua de sinais que realizasse atendimento psicoterápico com essa demanda?

Muito difícil. É preciso aprender a Libras, porque o Brasil tem muitos surdos. Tem 9 milhões pessoas surdas. Tem muita gente surda precisando de profissionais. São poucos profissionais. Médicos, fonoaudiólogos, outros profissionais. É importante que o profissional aprenda, conheça a Libras. A pessoa que vai tirar sangue não tem comunicação. Como vai falar?. Tudo isso precisa. É importante. Tem que ter vontade, desejo para ajudar os surdos, para eles saírem dessa dependência da família, dos amigos. Sempre tem que pedir a alguém para sair. Por isso é importante que o psicólogo saiba a Libras. E os diversos profissionais também. (PACIENTE)

É evidente que os surdos se deparam com a insuficiência no acesso voltado à atenção psicológica.

Silva e Carmo (2016) acreditam que isso se deve pela falta de autonomia que os surdos possuem diante da sociedade, uma vez que não compartilham da mesma linguagem. Estudos apontam que são raros os profissionais da área da psicologia engajados a prestar seus serviços a fim de contribuir no processo de desenvolvimento de pessoas com deficiências, a exemplo, no atendimento psicológico utilizando a língua de sinais.

Após a busca por informações a respeito do número de psicólogos que atendem pacientes em Libras, não foi possível quantificar com exatidão. Entretanto, ao entrar em contato com o IPAESE e ao CRP foi verificado que existem psicólogos que atuam com Libras, embora não saibam informar o total de profissionais em Aracaju/Sergipe.

8.2. Segunda entrevistada - Psicóloga

A segunda entrevista foi realizada com a Psicóloga. 28 anos, sexo feminino. Segue abaixo as perguntas acompanhadas pelas respostas da entrevistada:

1. Por que a escolha em entender libras para realizar o atendimento psicoterápico com deficientes auditivos?

Então, minha mãe é professora aposentada do 11 de agosto, e essa escola tem a presença de surdos e desde pequena minha mãe me levava para a escola, para as festas escolares que tinha e esse foi o meu primeiro contato com eles, e fui me interessando [...] quando eu estava no ensino médio eu comecei no primeiro curso de libras em 2007, então já tem mais de 10 anos de curso e depois que comecei a fazer os cursos não parei mais [...] quando entrei na graduação, todos os trabalhos, tudo o que eu poderia fazer para envolver a surdez eu sempre estava envolvendo. (PSICÓLOGA)

Aprender libras é uma forma de adaptação de atributos de acolhimento psicológico, possibilitando o acesso ao cuidado da saúde mental e a diminuição aos obstáculos da comunicação, proporcionando a inclusão social desses sujeitos.

De acordo com os princípios fundamentais trazidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), o psicólogo deve atuar com responsabilidade, através de um frequente desenvolvimento profissional, favorecendo para o progresso da psicologia como campo científico de estudo e de prática.

Diante disso, o psicólogo está sempre buscando proporcionar na psicoterapia o bem-estar do paciente e que esse serviço alcance todas as pessoas, incluindo os sujeitos com surdez. Assim, esse profissional estará exercendo as práticas inclusivas, umas das premissas básicas da psicologia.

2. Como profissional de psicologia, qual a necessidade que você identifica para o atendimento às pessoas com deficiência auditiva?

Saber libras é primordial, saber da cultura surda, da sua identidade, porque é diferente da nossa, eles vivem em um grupo, é um grupo que eles se identificam, como adolescente que se insere em um grupo que tem mais afinidade, ou seja, adolescente quer buscar um grupo de rock, de drogas um grupo que ele se sinta atraente àquele ambiente. A mesma coisa é com os surdos, mesmo quando ela está em uma que está todo mundo falando e ela não, e então quando ela está com um grupo de surdos todo mundo se fala, todo mundo fala as coisas com detalhes, então ela entende o que está se falando, o que está se passando ali, então a gente precisa aprender essa vida que o surdo passa, desde o processo histórico, de como aconteceu, de como é feito os estigmas na nossa sociedade, para a gente poder entender e se colocar um pouco no lugar deles. Não sabendo a libras por completo mais sabendo o processo histórico, também já ajuda. (PSICÓLOGA)

Considerando os dados do censo do IBGE de 2000, em que 4.685.655 de pessoas residem no Brasil, detém alguma dificuldade definitiva de ouvir, diante disso, é fundamental identificar as diferenças de cultura do surdo, e compreendê-la por meio do reconhecimento de suas diversas histórias, subjetividades, identidades, língua e seus diferentes modos de vivência e de se relacionar, os tirando do invisível e da exclusão (STROBEL, 2008).

Além desses fatores, a libras será o instrumento principal entre o psicólogo e o paciente surdo no processo terapêutico, aumentando as possibilidades de interação, indispensável no atendimento.

3. Como funciona a sessão? Há diferença no tempo duração do atendimento?

No início quando eu comecei a atender eles eu cheguei a ficar 1h e 10min, geralmente não marco outro em seguida porque o meu objetivo é sair da sessão sabendo o que é que eu falei ali [...] no dia a dia que vamos pegando os macetes e tudo, além disso, trazer para o concreto [...] eu trabalhava muito com papel, com imagens, vídeos, palavras, desenhos, gosto muito de trabalhar com emoções, com qualquer paciente, mas principalmente com os surdos por conta que como eles têm grande dificuldade de entrar em um colégio, então gostaria de saber que nível de conhecimento esse paciente tem [...] cada paciente surdo como qualquer ser humano tem a sua singularidade e eu preciso saber que paciente é esse que eu estou lidando, é por isso que eu faço anamnese, como todo processo clínico, o que muda é trazer mais para o concreto e às vezes isso demora e por conta disso o tempo de sessão é um pouco maior, mas isso é logo no início depois os pacientes vão entrando no ritmo e eu não preciso demorar e acaba ficando 50 minutos mesmo. É só no processo de início por conta que eles nunca foram a um psicólogo, não sabem o que é a psicologia, e eu sempre gosto de explicar o que é a psicologia porque muitos deles sabem o sinal, mas não sabem o significado e eu prefiro sempre explicar”. (PSICÓLOGA)

O código de Ética de Psicologia não traz um tempo de duração determinada para os atendimentos, pois isso depende da característica do serviço prestado.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2005), diante da diversidade de línguas e culturas, o psicólogo necessita capacitar-se para o atendimento das demandas que possam mostrar-se no ambiente da terapia, procurando uma formação que possibilite a compreensão do seu objeto de estudo.

Um dos deveres fundamentais do psicólogo é assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014).

Ao atender pacientes com deficiência auditiva, é essencial que o profissional de Psicologia tenha conhecimento da língua de sinais e sinta-se capaz de conduzir a sessão diante do paciente surdo.

4. Você conhece outros profissionais que atuam na área?

Não conheço, mas conheço pessoas que têm interesse [...] mas é o seguinte, tem até profissionais que têm interesse, porém, esse interesse que acontece no dia a dia acaba indo embora, então assim muito pessoas que trabalharam com surdez acabam parando por ser um interesse que vai e vem vamos dizer assim, e diante disso o meu interesse é fix. (PSICÓLOGA)

São poucos os profissionais de psicologia que demonstram o interesse em aprender a língua de sinais para realizar atendimentos, porém, se faz necessário que essa demanda cresça, uma vez que é essencial o trabalho terapêutico com os surdos (GONÇALVES, 2011).

É necessário observar as possíveis resistências em relação a isso, se é por ausência de oportunidade, espaço, assistência para os profissionais de psicologia aprimorem sua formação, ou até mesmo por mantiverem preconceitos sobre a língua de sinais e com os surdos.

5. Como é a demanda dos pacientes com deficiência auditiva a procura de atendimento psicológico?

Tem muitos pacientes, muitos familiares que ligam para mim, a paciente mesmo que foi entrevistada me mandou mensagem, ou seja, ela mesma que me procurou, uma amiga dela orientou e ela entrou em contato comigo. Mas muitos pacientes chegam para mim porque muitos familiares entram em contato comigo e tem uns que querem fazer terapia e tem outros que não querem, então não adianta. [...] tem um número muito grande de pessoas surdas que querem o atendimento psicológico e que infelizmente eu não estou dando conta porque eu tenho outros objetivos também. (PSICÓLOGA)

Uma grande parte de pessoas com deficiência auditiva não tem ou teve acessibilidade aos serviços psicológicos, por diferentes motivos, como condições financeiras para arcar com os custos, e até mesmo pela falta desse tipo de atendimento que não é ofertado pela gestão pública. Existe pouca oferta, e uma ausência de profissionais preparados nesse campo, pois são limitados os psicólogos que têm vontade

em aprender a língua de sinais e acompanhar pacientes que necessitam desse tipo atendimento (GONÇALVES, 2011).

De acordo com o código de ética de psicologia, o profissional não deve ter distinção de seu paciente, não podendo dar seguimento ao atendimento apenas por limitação. É necessário o desenvolvimento de estratégias mais efetivas a prática para que se efetuem as políticas e normas desenvolvidas para responder a todos os indivíduos com algum tipo de deficiência.

6. Você como profissional de psicologia ver essa necessidade de outros profissionais em atuar com o atendimento às pessoas com deficiência auditiva?

Com certeza. Eu faço questão de todos os congressos que eu vou falar da surdez, é meio que uma obrigação minha. Então toda oportunidade que tenho eu estou falando sobre a surdez. É como se fosse uma sementinha que eu estou plantando. E o que venho percebendo é que tem muitas faculdades interessadas por esse tipo de assunto, porque muitos alunos estão se interessando e vem me procurar para atuar nessa área. E quando a pessoa diz que está interessada eu tento incentivar. [...] temos um grupo no facebook de todos os psicólogos do Brasil ou melhor a maioria que trabalham com surdez e sempre tem tópicos como, sinais de psicanálise, sinais do inconsciente, sinais de comportamento, e a gente não tem todos os sinais porque os cursos que fazemos ninguém ensina todos os sinais como por exemplo, sinais do curso de direito, sinais de psicologia, ou seja, a gente ensina de forma geral o que é família, o que é comida essas coisas. (PSICÓLOGA)

Segundo o Decreto Federal nº5626/05, no artigo 3º, deve-se ser realizada a inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma disciplina curricular obrigatória, em cursos de ensino superior das instituições privadas e públicas, sendo que o estudante tem o direito de optar pela disciplina (BRASIL, 2005). Conforme previsto no decreto, nos tempos atuais as instituições estão ofertando, entretanto, de forma não obrigatória, como uma matéria optativa.

A formação pode possibilitar por meio da apresentação da disciplina, uma compreensão da língua de sinais, pois geralmente aborda-se a história da língua, seus conceitos e alguns sinais. Contudo, não se proporciona uma preparação necessária para o atendimento psicológico. As graduações de psicologia deveriam ter como disciplina obrigatória o conhecimento em Libras, despertando o interesse dos alunos na formação e qualificação para realizar atendimentos com deficientes auditivos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo, foi possível observar a necessidade de mais profissionais de psicologia no atendimento psicoterapêutico frente à demanda de sujeitos com deficiência auditiva, destacando a importância do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como instrumento viabilizador dessa interação. Além disso, é perceptível a importância do acompanhamento psicológico para esses sujeitos diante dessa condição.

É fundamental que a família aprenda a linguagem de sinais, pois a sua participação na comunicação do surdo, por meio dos sinais, irá proporcionar a esse sujeito a interação com o mundo e um convívio mais agradável. O deficiente auditivo, como qualquer outra pessoa, necessita da comunicação entre ele e os outros membros da família.

Quando não há essa comunicação tendem ao isolamento, tanto no convívio familiar, como também no convívio social. Diante disso, é necessário que as pessoas aprendam a linguagem de sinais, não somente pela obrigatoriedade legal, mas como uma forma de inclusão desses sujeitos, pois fora do ambiente que possui um tradutor, o deficiente auditivo sente sozinho e excluído, como por exemplo, nas rodas de conversas, nos corredores da universidade e em outros locais do seu convívio.

Mesmo entendendo que a sociedade idealize e ou implemente políticas públicas para que aconteça a inclusão desses sujeitos no ambiente em que estão inseridos, é perceptível que eles ainda se encontram com muitas dificuldades e falta de compreensão por parte de outras pessoas. É necessário amplificar estratégias mais precisas à prática, para que ocorra o cumprimento das políticas e normas desenvolvidas para responder a todos os sujeitos na condição de deficiente.

Na literatura pesquisada foram observadas carências de produções científicas sobre a atuação do psicólogo ao atendimento às pessoas com deficiência auditiva por meio da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), mesmo que se tenha clareza de sua importância. Diante disso, esperamos que este estudo possa contribuir para novas pesquisas e discussões que permitirão o reconhecimento da necessidade da qualificação do profissional de psicologia no atendimento de pessoas com deficiência auditiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Público. Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Presidência da República. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.303, de 02 de agosto de 2010.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.073, de 28 de setembro de 2004. Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério Público. Lei nº 10.436. Regulamento dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, 2002.

_____. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BUENO, J. G. S. A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas. Tendências e Desafios da Educação Especial p. 35-49. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

CARVALHO, A.S. **Educação inclusiva: práticas docentes frente à deficiência auditiva.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017.

CAPELLI, J. C. S, et al. **A pessoa com deficiência auditiva: os múltiplos olhares da família, saúde e educação.** 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, DF, 2014.

_____. Educação Inclusiva: Experiências profissionais em Psicologia, Brasília, 2009.

_____. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Ed. Brasília Rádio Center, 2005.

CORREA, M. Â. M. **Educação Especial**. v.1 Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2003.

COSTA, E.S.; FILHO, G.F.; SOUZA, V.R.M. História da educação dos surdos sergipanos. **Revista virtual de cultura surda**. ed. n.20. p. 1982-6842, jan, 2017.

DA SILVA, K. A.; SEVERO, J.; GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 14, n. 4, 2014.

DE SOUZA. V, T, A, et al. A comunicação entre ouvintes e pessoas surdas através da LIBRAS nos espaços públicos. **Revista Semiárido De Visu**, v. 4, n. 2, p. 70-76, 2017.

DOS SANTOS, L.C.; BATISTA, G. A. A educação dos surdos no Brasil: Aspectos Históricos e a evolução da filosofia educacional especial. **Revista Cadernos da FUCAMP**, v. 18, n. 33, 2019.

DUNN, Lloyd M. Special education for the mildly retarded—Is much of it justifiable?. **Exceptional children**, v. 35, n. 1, p. 5-22, 1968.

EPSTEIN, Stephen; REILLY, James S. Sensorineural hearing loss. **Pediatric Clinics of North America**, v. 36, n. 6, p. 1501-1520, 1989.

FERREIRA, M. E. C; DUARTE, E. R. **A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é possível?**. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, (pp. 17-20). Juiz de Fora: UFJF, 2010.

GALINDO, C. Surdez súbita. Disponível em :<<http://www.forl.org.br/seminários>>. Acesso em: 28 abril. 2019.

GINSBERG, I. A.; WHITE, T. P. Otologic considerations in audiology. **Handbook of clinical audiology**, p. 17-36, 1985.

GONÇALVES, P.C.S. **Linguagem do silêncio: Psicanálise e Surdez**. Arqueiro 12: Instituto Nacional de Educação dos Surdos, Rio de Janeiro, v. 12, p.17-22, 2005.

HONORA, M. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**: ensino fundamental, 1 ciclo/ Marcia Honora. – São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 abril, 2019.

IPAESE. Instituto Pedagógico De Apoio à Educação Do Surdo De Sergipe. História. Aracaju, 2013. Disponível em: <<http://ipaese.org.br/>> Acesso em: 17 março. 2019.

LEICHSENTRING, T. L. **Educação de surdos brasileiros**: de Dom Pedro II aos desafios atuais. XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química (XVIII ENEQ) Florianópolis, SC, 2016.

LODI, A.C.B.; ALBUQUERQUE, G.T.S. Sala Libras língua de instrução: Inclusão ou exclusão educacional/social. **Escola e Diferença: caminhos da educação bilíngue para surdos**. São Carlos: Edufscar, p. 45-61, 2016.

MALUF, M.R. Citado em Cattalini, A. e Fornazari, S. A. **A experiência no Tratamento Psicológico com pessoas surdas**: Um estudo de caso, 1994.

MENDONÇA, C.L. Diagnóstico precoce na deficiência auditiva. **Monografia de Conclusão de Curso. Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica. Recife**, 1999.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOURA, A. F. **Acesso ao ensino superior: a expectativa do aluno surdo do ensino médio**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.

NEGREIROS, D.A. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?**. Rio de Janeiro, 2014.

NORTHERN, J.L.; DOWNS, M.P. **Audição na infância**. 5ª ed. São Paulo: Manole; 2005.

NUNES, S.S, et al. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 537-545, 2015.

NUNES, S.S et al. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 537-545, 2015.

OLIVEIRA, H. P. S. F. **Pais ouvintes de filhos surdos: perspectiva entre dois mundos**. Editora Arara Azul. ed. 24, n. 24, 2018.

OLIVEIRA, M. K.. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

OLUSANYA, B.O. Addressing the global neglect of childhood hearing impairment in developing countries. **PLoS medicine**, v. 4, n. 4, p. e74, 2007.

PAULILO, M. A S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999.

PIRET, B. A consulta Psicoterápica com Interprete: Vantagens, Dificuldade e Limites por B. Piret. **Traduzido do francês por Laurence Reithler**, 2007.

ROCHA, L. R. M da.; RODRIGUES, L.; BOTELHO, T da. S. **A importância do aprendizado da língua de sinais no seio familiar do surdo**. 2013.

RUSSO, I.C.P.; SANTOS, T.M M. **A prática da audiologia clínica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, J. F., ASSIS, M. R. As dificuldades do psicólogo no atendimento à pessoa com deficiência auditiva. **Revista Conexões Psi**. v. 3, n. 1, p. 23-33, 2015.

SILVA, Á.M.S.; CARMO, M.B.B. Desafios na atenção psicológica a surdos utilizadores da LSB em Salvador – BA. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. v. 5, n. 2, p. 184-192, 2016.

SOUZA, A. P. **Fala quem pode, escuta quem sabe: análise do trabalho do psicólogo clínico junto a pacientes surdos**. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

STROBEL K. **História da educação de surdos**. Florianópolis, 2009.

TAVEIRA, R.M.T. **Privação Auditiva Precoce em Crianças Portadoras da Síndrome de Down e suas Implicações para o Desenvolvimento da Linguagem**. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

TOSTES. R. S. **A atuação de psicólogos bilíngue no atendimento terapêutico à pessoa surda**. São Carlos, 2018.

VASCO, E. **Estratégias de intervenção clínica de psicólogos com sujeitos surdos.** 159 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) Psicologia – Palhoça, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009.

VIEIRA, C.M.; CANIATO, D.G.; YONEMOTU, B.P.R. Comunicação e Acessibilidade: Percepção de pessoas com Deficiência Auditivas Sobre Seu Atendimento nos Serviços de Saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde**, v.11, n.2, jun. 2017.